

CARGO TÉCNICO EM
PEDAGOGO

EDITAL Nº 039/2021

LEIA ESTAS INSTRUÇÕES:

1. Leia atentamente as informações abaixo e, em seguida, assine no espaço reservado.
2. Este caderno contém, respectivamente, uma proposta de Redação e 50 questões de múltipla escolha, assim distribuídas: 01 a 10 - Língua Portuguesa; 11 a 20 - Legislação; 21 a 50 - Conhecimentos Específicos.
3. Lembre-se que, de acordo com o item 8.2 do Edital 05/2021, **há apenas uma alternativa que responde cada questão.**
4. Quando o Fiscal autorizar, verifique se o Caderno está completo e sem imperfeição gráfica que impeça a leitura. Detectado algum problema, comunique-o, imediatamente, ao Fiscal.
5. A redação será avaliada considerando-se apenas o que estiver escrito no espaço reservado para o texto definitivo na Folha de Redação fornecida pela CPPS.
6. Interpretar as questões faz parte da avaliação, portanto não peça esclarecimentos aos fiscais.
7. A CPPS exige o uso de caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
8. Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
9. Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
10. Você dispõe de, no máximo, quatro horas para redigir o texto definitivo na Folha de Redação, responder às questões e preencher a Folha de Respostas.
11. O preenchimento da Folha de Resposta e da Folha de Redação é de sua inteira responsabilidade.
12. O candidato, ao terminar as provas, entregará ao fiscal de sala o caderno de provas juntamente com a Folha de Respostas referente às provas de múltipla escolha, bem como a folha definitiva da prova de Redação.
13. Somente após cumprido três horas de prova, o candidato poderá sair da sala de aplicação com seu caderno de prova.

Assinatura do candidato: _____

Número de inscrição: _____ CPF: _____

No Brasil, a liberdade de imprensa é considerada um direito fundamental e está garantida na Constituição Federal, em seus artigos 5º e 220.

TEXTO 1

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos seguintes termos:

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

[...]

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra, e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

[...]

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário, ao exercício profissional.

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. § 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica ou artística.

Em nome do pleno exercício da liberdade de imprensa e de expressão, temos visto, no Brasil, uma mídia que nos faz refletir acerca dos limites da publicização da intimidade, da privacidade e da honra de pessoas públicas e anônimas. Têm sido comuns casos em que a mídia noticia questões relacionadas à vida privada, explorando, por exemplo, em rede nacional, sequestros, incêndios, agressões, relações conjugais e extraconjugais e até mesmo casos de aborto e adoção, que, a priori, não deveriam ter seus desfechos influenciados a partir da intervenção midiática. Essa atuação tem despertado a população para o debate no que diz respeito ao papel da mídia e aos limites de sua atuação, sendo avaliada em diferentes áreas, conforme os textos abaixo:

TEXTO 2

A mídia, a cada dia que passa, vem ganhando espaço na sociedade. [...]. Quando ela transmite uma notícia, começa a construir uma realidade. A mídia exerce a função de controle social, no momento em que expõe suas opiniões através das notícias, sendo considerada, não raro, como o quarto poder, dada a força das suas posições e influência sobre a sociedade.

[...]

Porém, estes meios de comunicação transmitem uma série de acontecimentos, informações, fazendo que toda a população usuária, construa uma opinião sobre um determinado assunto. A mídia acaba sendo formadora de um controle social, na medida em que ela dita comportamentos, modismos, costumes e ideologias. [...]

Fonte: Freitas (2018). Disponível em <https://crisrocha80.jusbrasil.com.br/artigos/549048825/a-influencia-da-midia-nos-casos-de-grande-repercussao-no-brasil>. Acesso em: 27 jun. 2022.

TEXTO 3



desenhosdonando



Fonte: Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CfUOr5cJYAj/>.
Acesso em: 28 jun. 2022

Você foi convidado para escrever um **ARTIGO DE OPINIÃO** a ser publicado em um jornal de grande circulação nacional, para se posicionar sobre a seguinte questão:
Qual pode ser o papel do Estado em situações em que a mídia viola a intimidade e a honra das pessoas, alegando liberdade de expressão e de imprensa?

INSTRUÇÕES

O texto deverá ser escrito, com caneta, na modalidade formal da Língua Portuguesa, e ter entre **16 e 60** linhas.

SERÁ ATRIBUÍDA NOTA 0 (ZERO) A PROVA QUE:

- A) Estiver em branco;
- B) Não for redigida no gênero/tipo textual requerido na proposta;
- C) Fugir completamente ao tema da proposta da redação;
- D) For redigida fora do espaço destinado ao texto definitivo na Folha de Redação;
- E) For redigida de forma ilegível;
- F) Não for escrita com caneta preta;
- G) Apresentar identificação do candidato fora do espaço reservado;
- H) Contiver quantidade de linhas inferior ou superior ao determinado na proposta da redação.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Leia o texto abaixo para responder às questões.

VIOLÊNCIA POLICIAL: A LINHA TÊNUE QUE NOS SEPARA DO ABISMO

Domingo de sol, peguei o carro e fui com a família almoçar em um restaurante da Zona Sul de Porto Alegre onde costumamos ir. Chegando lá, passamos em frente a um posto da Brigada Militar, que fica na esquina de uma movimentada avenida. Na rua lateral, um homem, negro e maltrapilho, esbravejava e sacudia a grade de ferro do posto da BM. Passando de carro, não dava para entender direito o que dizia, mas, em seguida, ficamos sabendo que reclamava dos policiais por não lhe terem prestado atendimento, tendo sido vítima de um furto perto dali.

Assim que estacionei o carro, uns 20 metros à frente, percebi que uma viatura policial se aproximava em alta velocidade e com a sirene ligada. A viatura parou em frente ao posto, logo atrás de mim, e dois policiais muito jovens, um homem e uma mulher, desceram correndo, de cassetete em punho. Ao se aproximarem do sujeito, ao invés de interpelá-lo, partiram direto para a agressão. Enquanto o policial espancava as costas, a colega batia com o cassetete em suas pernas, fazendo-o cambalear e cair de joelhos na calçada. O homem já estava rendido, e as agressões continuavam.

Ao descer do carro e presenciar a cena a poucos metros de distância, não tinha como me manter indiferente ao que acontecia. Avancei em direção aos policiais e simplesmente gritei: “O que é isso? Não batam nele! Que tipo de abordagem é essa?” Imediatamente os dois policiais parece que caíram em si, e pararam de espancar o coitado. Ao perceberem uma reação ao que faziam, enquanto os comerciantes e transeuntes à volta já se aglomeravam e assistiam indiferentes (afinal, era um pobre coitado, e estava causando problema), os policiais talvez tenham se dado conta de que estavam diante de um ser humano, que não oferecia risco algum, e que não havia justificativa para uma abordagem violenta como aquela. Naqueles poucos instantes, foi possível perceber como pode operar a desumanização e a onipotência de uma corporação policial, na mentalidade e nas práticas de seus integrantes.

Herdeiras de uma cultura inquisitorial e burocrática, estruturadas muito mais para a manutenção da “ordem pública” do que para a prestação de serviços de segurança, as polícias civis e militares ostentam um histórico nada edificante na relação com o seu público: os ditos cidadãos. Seja quando necessitam do atendimento no “balcão” da delegacia para um registro de ocorrência, ou quando se deparam com uma abordagem policial de rotina, a regra é uma grande desconfiança da sociedade para com suas polícias, seja pela falta de estrutura para dar conta da demanda, ou pela imprevisibilidade da ação de policiais muitas vezes mal preparados e, ao mesmo tempo, “empoderados” para lidarem com um público que é visto mais como um problema do que como o destinatário final de um serviço. Fato é que, nestes 30 anos que nos separam da volta à democracia, com a Constituição Cidadã, ainda não fomos capazes de reestruturar as polícias e colocá-las de fato a serviço da cidadania.

O déficit democrático, nesse sentido, é imenso. Em uma sociedade marcada por conflitos de toda ordem, que colocam, muitas vezes, frente a frente indivíduos incapazes de tratar civilizadamente suas diferenças, as polícias são o braço mais próximo e mais presente do Estado em vários contextos e poderiam cumprir um papel fundamental para a administração de conflitos de forma a reduzir o recurso à violência. É o que se esperava, por exemplo, com o programa das Unidades de Polícia Pacificadora, no Rio de Janeiro. Pesquisas mostraram, no entanto, que no imaginário dos policiais que atuavam nas UPPs, era considerado mais interessante ir para o confronto armado com traficantes do que ser um canal de pacificação e diálogo, nos moldes de um policiamento comunitário, no interior da favela.

Nestas três décadas de democracia, algumas iniciativas foram tomadas para mudar este quadro. O investimento em formação, por exemplo, gerou experiências importantes, e contribuiu para a qualificação e a reciclagem dos policiais para atuarem em democracia. Porém, o currículo oferecido pelos cursos de formação continuou convivendo com o famoso currículo oculto, aprendido com os colegas antigos na rua, e orientador das práticas que se reproduzem ao longo do tempo.

Se o quadro geral já não era nada animador, a crise política que se abateu sobre o país nos últimos anos acabou por soterrar qualquer perspectiva de uma mudança mais ampla das estruturas e das práticas policiais. A ideia corrente é a de que, se uma maioria parlamentar toma para si o poder de encurtar um mandato presidencial por “pedalada fiscal”, e se o próprio Poder Judiciário se curva à lógica do pragmatismo para o combate ao crime, deixando de lado normas explícitas da Constituição e do Processo Penal, o jogo virou. Tem se tornado lugar-comum ouvir secretários de segurança justificando a violência e a exclusividade dos direitos humanos para “humanos direitos”, jogando para a torcida em uma sociedade amedrontada e refém da violência, justamente pela incapacidade dos gestores oferecerem respostas efetivas e eficazes, e não um discurso populista.

Os números da violência policial, embora muitas vezes subnotificados, comprovam esta deriva democrática. Enquanto em 2009 o número de mortes em decorrência de intervenção policial no Brasil foi de 2.177, em 2016 foram 4.224 mortes, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. No Rio Grande do Sul, dados colhidos pelo Centro de Referência em Direitos Humanos da Defensoria Pública mostram que o número de denúncias de violência praticada pelas polícias em Porto Alegre saltou de 73 casos em 2013 para 234 casos em 2016, e quase o dobro disso em 2017.

Para quem acompanha e milita por uma conversão democrática das instituições policiais, o que se ouve agora é que “esse pessoal dos Direitos Humanos” vai ter o que merece, e o combate ao crime legitima ações contra a lei das próprias instituições policiais, chanceladas depois pelo Ministério Público e pelo próprio Poder Judiciário. Como já alertou uma vez Pedro Aleixo, quando exercia a vice-Presidência do país no governo Costa e Silva, sobre as consequências do AI5, “Presidente, o problema de uma lei assim não é o senhor, nem os que com o senhor governam o país; o problema é o guarda da esquina”.

O mesmo poderia ser dito agora, quando se fragilizam regras constitucionais, o Poder contramajoritário se curva aos ditames da “opinião pública” e os responsáveis pela segurança pública legitimam discursivamente a violência policial. Em algum momento, será preciso recolocar o guizo no gato, caso contrário continuaremos marchando celeremente para novos recordes de violência policial e para a consolidação de um Estado de Polícia, no qual o indivíduo é como o personagem Josef K., em O Processo, um mero detalhe frente ao funcionamento das engrenagens repressivas, que assumem uma racionalidade própria e alheia ao interesse público. E onde qualquer um pode ser a próxima vítima.

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo é graduado em Direito e doutor em Sociologia pela UFRGS. Atualmente, é professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É líder do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal (Gpesc) e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. É pesquisador associado e membro do Comitê Gestor do Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-INEAC), e pesquisador do CNPq.

Texto publicado no jornal Correio Braziliense, em 5 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.ineac.uff.br/index.php/21-artigos/181-violencia-policial-a-linha-tenu-que-nos-separa-do-abismo> Acesso em: 27 jun. 2022. Adaptados para fins didáticos.

/ QUESTÃO 01.

O excerto do texto que melhor poderia sintetizar o posicionamento assumido pelo autor ao longo do texto é:

- a) “Naqueles poucos instantes, foi possível perceber como pode operar a desumanização e a onipotência de uma corporação policial na mentalidade e nas práticas de seus integrantes.”
- b) “Fato é que, nestes 30 anos que nos separam da volta à democracia, com a Constituição Cidadã, ainda não fomos capazes de reestruturar as polícias e colocá-las de fato a serviço da cidadania.”
- c) “Em uma sociedade marcada por conflitos de toda ordem, que colocam, muitas vezes, frente a frente indivíduos incapazes de tratar civilizadamente suas diferenças, as polícias são o braço mais próximo e mais presente do Estado.”
- d) “Em algum momento, será preciso recolocar o guizo no gato, caso contrário continuaremos marchando celeremente para novos recordes de violência policial e para a consolidação de um Estado de Polícia [...]”

/ QUESTÃO 02.

Nos três primeiros parágrafos do texto, a sequência textual predominante é:

- a) Descritiva, já que o autor qualifica uma determinação ação, utilizando adjetivações e verbos no pretérito imperfeito do indicativo.
- b) Explicativa, porque o autor esclarece um determinado assunto, utilizando verbos, em sua maioria, no tempo presente do indicativo.
- c) Argumentativa, uma vez que o autor apresenta seu posicionamento diante de um fato, recorrendo a verbos no modo imperativo.
- d) Narrativa, pois o autor apresenta um relato, utilizando verbos no pretérito perfeito do indicativo para demarcar o encadeamento de ações.

/ QUESTÃO 03.

Sobre a progressão temática do texto, é correto afirmar que:

- a) O quarto parágrafo serve apenas de contextualização para a apresentação da tese do autor nos parágrafos seguintes.
- b) O sexto parágrafo desenvolve a ideia central do texto, que se desdobra em ideias secundárias discutidas nos parágrafos seguintes.
- c) O sétimo parágrafo acrescenta novos argumentos à discussão, mantendo a orientação argumentativa dos parágrafos anteriores.
- d) O oitavo parágrafo elabora uma contra-argumentação às ideias apresentadas no parágrafo anterior.

/ QUESTÃO 04.

A leitura do trecho “Para quem acompanha e milita por uma conversão democrática das instituições policiais, o que se ouve agora é que “esse pessoal dos Direitos Humanos” vai ter o que merece [...]” permite-nos afirmar que:

- a) O autor utiliza a expressão “esse pessoal dos Direitos Humanos” para demarcar a sua identificação ideológica com esse grupo, já referenciado pela oração “quem acompanha e milita por uma conversão democrática das instituições policiais”.
- b) O autor recorre à expressão “esse pessoal dos Direitos Humanos” para sinalizar o seu distanciamento ideológico em relação ao referido grupo, embora se reconheça como “quem acompanha e milita por uma conversão democrática das instituições policiais”.

- c) O autor usa a expressão “esse pessoal dos Direitos Humanos” em oposição a “quem acompanha e milita por uma conversão democrática das instituições policiais” para evidenciar discursos contrários sobre um mesmo grupo.
- d) O autor emprega a expressão “esse pessoal dos Direitos Humanos” com o intuito de esclarecer ao leitor a que grupo ele se refere quando fala de “quem acompanha e milita por uma conversão democrática das instituições policiais”.

/ QUESTÃO 05.

Pode-se dizer que, na conclusão do texto, o autor

- a) Expõe o que deveria ser feito a fim de evitar possíveis consequências da legitimação da violência policial.
- b) Sintetiza as razões pelas quais ele acredita que as forças policiais são fundamentais para a administração de conflitos.
- c) Retoma o argumento de que a crise política é a principal causa do descrédito das instituições policiais na sociedade.
- d) Reforça o despreparo das polícias brasileiras para atuarem na democracia.

/ QUESTÃO 06.

A concordância consiste na adaptação de certas palavras aos gêneros, número e pessoa de uma determinada palavra no contexto linguístico. Pensando assim, o termo “herdeiras”, no início do quarto parágrafo, concorda com:

- a) Uma cultura inquisitorial e burocrática.
- b) A manutenção da “ordem pública” e da prestação e serviços.
- c) As polícias civis e militares.
- d) Os ditos cidadãos.

/ QUESTÃO 07.

Alguns termos podem ser dispensados, apagados ou eliminados da oração porque são facilmente recuperáveis, pelo interlocutor, no contexto linguístico imediato. Assim, marque a alternativa que preenche o sujeito dos verbos destacados no período: “Seja quando **necessitam** do atendimento no “balcão” da delegacia para um registro de ocorrência, ou quando se **deparam** com uma abordagem policial de rotina...”

- a) No contexto do período, percebe-se que o sujeito de ambos os verbos destacados é “as polícias civis e militares”.
- b) No contexto do período, percebe-se que o sujeito de ambos os verbos destacados é “os ditos cidadãos”.
- c) No contexto do período, percebe-se que o sujeito do primeiro verbo destacado é “a prestação de serviços dos policiais”, e no segundo, é a “ação de policiais”.
- d) No contexto do período, percebe-se que o sujeito do primeiro verbo destacado é “as polícias civis e militares”, e no segundo, é “a prestação de serviços dos policiais”.

/ QUESTÃO 08.

Leia a frase abaixo retirada do texto. Em seguida, julgue as afirmativas sobre ela e marque a alternativa correta quanto à organização sintática da sentença.

“É o que se esperava, por exemplo, com o programa das Unidades de Polícia Pacificadora, no Rio de Janeiro.”

- I. A expressão “o que” exerce a função de sujeito do verbo “esperar”.
- II. Essa frase é composta por três orações.
- III. O pronome “se” exerce a função de índice de indeterminação do sujeito.
- IV. A expressão “o que” exerce a função de objeto do verbo “esperar”.

- a) I e III
- b) II e IV
- c) III e IV
- d) I e II

/ QUESTÃO 09.

Releia os excertos destacados do texto. Marque a alternativa correta quanto ao uso da vírgula.

- I. “O investimento em formação, por exemplo, gerou experiências importantes, e contribuiu para a qualificação e a reciclagem dos policiais para atuarem em democracia.”
 - II. “Pesquisas mostraram, no entanto, que no imaginário dos policiais que atuavam nas UPPs, era considerado mais interessante ir para o confronto armado com traficantes do que ser um canal de pacificação e diálogo, nos moldes de um policiamento comunitário, no interior da favela.”
- a) Na frase II, o uso das vírgulas entre a expressão “no entanto” se justifica pelo fato de ser uma locução conjuntiva deslocada.
 - b) Na frase I, o uso da vírgula após a palavra “importantes” está inadequado, pois separa duas orações aditivas.
 - c) Na frase I, o uso das vírgulas entre a expressão “por exemplo” é opcional.
 - d) Na frase II, o uso das vírgulas entre “nos moldes de um policiamento comunitário” se justifica pelo fato de ser uma oração explicativa intercalada.

/ QUESTÃO 10.

Analise o período abaixo quanto às relações sintático-semânticas estabelecidas entre os seus elementos. Em especial, observe a função sintática do item **que**, em destaque. Marque a alternativa em que a função sintática do item destacado corresponde à função sintática do **que** no excerto:

*“a crise política **que** se abateu sobre o país nos últimos anos acabou por soterrar qualquer perspectiva de uma mudança mais ampla das estruturas e das práticas policiais.”*

- a) “**Assim que** estacionei o carro, uns 20 metros à frente...”
- b) “...percebi **que** uma viatura policial se aproximava em alta velocidade e com a sirene ligada.”
- c) “...caso contrário continuaremos marchando celeremente para novos recordes de violência policial, e para a consolidação de um Estado de Polícia, **no qual** o indivíduo é como o personagem Josef K., em O Processo ...”
- d) “...um mero detalhe frente ao funcionamento das engrenagens repressivas, **que** assumem uma racionalidade própria e alheia ao interesse público.”

PROVA DE LEGISLAÇÃO

/ QUESTÃO 11.

Levando em conta o disposto na Lei nº 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990, é CORRETO afirmar:

- a) Nos casos de corrupção, a pena a ser aplicada é a de demissão.
- b) O processo disciplinar, independentemente do relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração para julgamento.
- c) É contado para todos os efeitos o tempo de serviço público federal, exceto o prestado às Forças Armadas.
- d) É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença, exceto nos casos em que o trabalho a ser exercido seja compatível com as atividades laborais do servidor.

/ QUESTÃO 12.

Com relação aos deveres e proibições imputados ao servidor público pela Lei nº 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990, marque a assertiva CORRETA:

- a) Ao servidor público é proibido coagir ou aliciar subordinados a filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político, exceto se fora do ambiente de trabalho.
- b) É proibido ao servidor público exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.
- c) É dever do servidor público cumprir toda e qualquer ordem superior e exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, atender com presteza, sem necessidade de observar as normas legais.
- d) É facultado ao servidor representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

/ QUESTÃO 13.

A Lei nº 8.112/90 de 11 de dezembro de 1990 quando trata do regime jurídico dos servidores públicos no âmbito federal, e discorre sobre direitos e deveres dos servidores, desde sua nomeação, suas atribuições até a possíveis desligamentos. Deste modo, analise as seguintes assertivas e marque a CORRETA:

- a) As atribuições do cargo no qual o servidor será empossado podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei, além dos nominados na Lei nº 8.112/90 de 11 de dezembro de 1990.
- b) A nomeação far-se-á em caráter efetivo, independentemente de tratar-se de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira.
- c) A redistribuição é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
- d) Além do vencimento e das vantagens previstas na Lei nº 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990 o servidor terá direito ao adicional por tempo de serviço.

/ QUESTÃO 14.

De acordo com a Lei nº 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990, marque a alternativa CORRETA.

- a) Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou avô ou avó, mesmo que não dependa que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, independentemente de comprovação por perícia médica oficial.
- b) O servidor poderá, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, afastar-se do exercício do cargo efetivo, sem a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação stricto sensu em instituição de ensino superior no país.

- c) Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo.
- d) Considerar-se-á incorrendo em falta por inassiduidade habitual o servidor que faltar ao serviço, sem ou com causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.

/ QUESTÃO 15.

Nos termos da Lei nº 8.112/90, 11 de dezembro de 1990, está CORRETA a seguinte assertiva:

- a) Será assegurada ao servidor licenciado ou afastado sem remuneração a manutenção da vinculação ao regime do Plano de Seguridade Social do Servidor Público.
- b) À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança até 1 (um) ano de idade, serão concedidos 180 (cento e oitenta) dias de licença remunerada.
- c) Após o trânsito em julgado, o beneficiário condenado pela prática de um crime que tenha dolosamente resultado a morte do servidor, não deixa de perceber o benefício de pensão.
- d) Para os fins desta lei, considera-se sede o município onde a repartição estiver instalada e onde o servidor tiver exercício, em caráter itinerante.

/ QUESTÃO 16.

Em relação ao processo administrativo federal, regulamentado pela Lei nº 9.784/99, de 29 de janeiro 1999, é CORRETO afirmar que:

- a) A publicidade é a regra para os atos do processo, que devem ter divulgação oficial em qualquer hipótese.
- b) O administrado só pode ser assistido por advogado nos casos em que a lei exigir a defesa técnica.
- c) A autoridade perante a qual se deve iniciar um processo administrativo, como regra geral, é aquela de maior grau hierárquico, a não ser que exista alguma norma que estabeleça a competência de modo específico.
- d) O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência dos atos. O desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado.

/ QUESTÃO 17.

Considere as afirmações abaixo e aponte a CORRETA:

- a) O recurso administrativo perante decisão que rejeita alegação de suspeição tem efeito suspensivo.
- b) Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, antes da decisão do processo, o órgão competente poderá abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros.
- c) O desatendimento da intimação resulta no reconhecimento verdadeiro dos fatos e, conseqüentemente, na renúncia a direito pelo administrado.
- d) Os atos do processo administrativo não podem acontecer fora da sede do órgão, razão pela não se pode acessar quaisquer informações remotamente.

/ QUESTÃO 18.

Leia o que se afirma e marque a assertiva **INCORRETA**, de acordo com o que a Lei nº 9.784/99, de 29 de janeiro e 1999, estabelece a respeito da instrução no processo administrativo federal.

- a) Quando um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo administrativo não terá seguimento até que ele seja apresentado, e quem der causa ao atraso deve ser responsabilizado.

- b) Quando, por disposição de ato normativo, devam ser previamente obtidos laudos técnicos de órgãos administrativos e estes não cumprirem o encargo no prazo assinalado, o órgão responsável pela instrução deverá solicitar laudo técnico de outro órgão dotado de qualificação e capacidade técnica equivalentes.
- c) A autoridade que conduz o processo administrativo deve solicitar que terceiros ou interessados prestem informações ou apresentem provas sempre que necessário. Caso a intimação para esse fim não seja atendida, o órgão competente não pode suprir de ofício essa omissão.
- d) Cabe ao interessado a prova dos fatos que tenha alegado, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para a instrução. Inclusive, quando o interessado declarar que fatos e dados estão registrados em documentos existentes na própria Administração responsável pelo processo ou em outro órgão administrativo, o órgão competente para a instrução proverá, de ofício, a obtenção dos documentos ou das respectivas cópias.

/ QUESTÃO 19.

Leia o que se afirma e marque a alternativa CORRETA, de acordo com o que a Lei nº 9.784/99, de 29 de janeiro e 1999, estabelece sobre o processo administrativo federal.

- a) O órgão só poderá declarar extinto o processo quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente.
- b) Quando, no recurso administrativo, alega-se que a decisão recorrida contraria súmula vinculante, a autoridade que prolatou a decisão recorrida, caso não a reconsidere, tem o dever de explicitar as razões do entendimento e posição que adotou em relação à súmula.
- c) Os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração. No entanto, a convalidação não poderá ser realizada de ofício se acarretar lesão ao interesse público ou prejuízo a terceiros.
- d) A norma administrativa deve ser interpretada da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, permitida a aplicação retroativa de nova interpretação.

/ QUESTÃO 20.

Aponte a assertiva INCORRETA, conforme o que determina a Lei nº 9.784/99, 29 de janeiro e 1999:

- a) O não conhecimento do recurso não impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, a qualquer tempo, em razão do princípio da autotutela administrativa, que, para a administração pública, prevalece em relação ao princípio de segurança jurídica.
- b) Os interessados no processo têm direito à produção de provas. A autoridade só pode recusar as provas quando forem ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias e tem obrigação de fundamentar essa decisão.
- c) São impedidos de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha interesse direto ou indireto na matéria, que tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante - aplicando-se tal impedimento também aos cônjuges, companheiros ou parentes e afins, até o terceiro grau -, ou que tenham litigância judicial ou administrativa com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.
- d) O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências. As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.

PROVA DE CONHECIMENTO ESPECÍFICOS

/ QUESTÃO 21.

Considerando o que a LDB nº 9.394/1996 de 20 de dezembro 1996, dispõe sobre a Educação Superior, em seu Art. 44, é **CORRETO** afirmar que a lei abrangerá os seguintes cursos e programas:

I - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino.

II - de graduação e de pós-graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo.

III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino.

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino médio e superior.

Assinale a alternativa **CORRETA**

- a) I e III são verdadeiras
- b) II e IV são verdadeiras
- c) II e III são falsas
- d) I e IV são verdadeiras

/ QUESTÃO 22.

A LDB nº 9.394/1996, de dezembro, de 20 de 1996, em seu Art. 27, destaca que os conteúdos curriculares da educação básica observarão algumas diretrizes. Leia as afirmativas seguintes e analise as diretrizes em conformidade com a referida lei:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III - orientação para o trabalho;

IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.

V - consideração dos conteúdos curriculares e metodologias direcionados aos interesses dos alunos da zona urbana e rural.

Assinale a alternativa **CORRETA**

- a) I e II são verdadeiras
- b) I, II e III são falsas
- c) I, II, III e IV são verdadeiras
- d) III, IV e V são falsas

/ QUESTÃO 23.

A respeito dos estudos sobre as teorias do desenvolvimento e da aprendizagem, as contribuições de Vygotsky enfatizam a importância de:

- a) Raciocínio lógico
- b) Mediação
- c) Segmentação
- d) Dedução

/ QUESTÃO 24.

Na teoria de Jean Piaget, “autonomia significa ser capaz de se situar consciente e competentemente na rede dos diversos pontos de vista e conflitos presentes numa sociedade” (LA TAILLE, 1992, p. 17). Nesse sentido, assinale a alternativa **CORRETA** sobre a teoria do desenvolvimento chamada de Epistemologia Genética por Jean Piaget:

- a) Para Piaget (1967), há um desequilíbrio relacionado às bases biológicas, que começa no período sensório-motor, com a construção de esquemas de ação, e chega às ações interiorizadas mentalmente.
- b) Para Piaget (1967), o conhecimento repousa em todos os níveis sobre a interação entre o sujeito e os objetos. Mesmo quando o conhecimento toma o sujeito como objeto, há construções de interações entre o sujeito-que-conhece e o sujeito-conhecido.
- c) Para Piaget (1967), o construtivismo dialético está associado à formação histórica, à acomodação, para assim fazer a síntese entre as considerações de estrutura e de gênese do conhecimento.
- d) Para Piaget (1967), o momento de maior significado no curso do desenvolvimento intelectual, que dá origem às formas puramente humanas de inteligência prática e abstrata, ocorre quando a fala e a atividade prática, até então, duas linhas completamente independentes de desenvolvimento, convergem.

/ QUESTÃO 25.

O estatuto da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) trata, em seu Título II, da Administração Universitária. No Art. 7º, o documento define que a administração superior será exercida pelos seguintes órgãos:

- I - Assembleia Universitária
- II - Conselho Universitário (CONSUNI)
- III - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE)
- IV - Conselho de Curadores (CC)
- V - Conselho de Administração (CONSAD)
- VI - Reitoria

Considerando o estatuto da UFERSA, analise as alternativas e assinale a que descreve competências do Conselho de Administração:

- a) Aprovar as resoluções que dispõem sobre o funcionamento dos órgãos e unidades da UFERSA; deliberar sobre questões relativas à redistribuição de servidores docentes e técnico-administrativos; criar e normatizar comissões permanentes ou temporárias para assuntos específicos.
- b) Deliberar sobre calendários acadêmicos; deliberar sobre vagas para ingresso nos cursos da UFERSA; exercer, como órgão deliberativo e consultivo, a jurisdição universitária nos campos do ensino, pesquisa e extensão.
- c) Acompanhar e fiscalizar os atos e fatos da gestão inerentes à execução de natureza orçamentária, financeira e patrimonial, além dos recursos financeiros oriundos de rendas internas, contratos, convênios ou ajustes de qualquer natureza; eleger seu presidente e vice-presidente, que terão mandato de 1 (um) ano, sendo permitida uma recondução.
- d) Deliberar sobre normas de distribuição de cargos, lotação e remoção de pessoal técnico-administrativo; aprovar as diretrizes orçamentárias e a distribuição interna dos recursos, nos termos do regimento; deliberar sobre normas relativas às atividades comunitárias, especialmente as de assistência ao estudante de graduação presencial.

/ QUESTÃO 26.

De acordo com o Regimento Geral da UFERSA, as pró-reitorias integram a reitoria e são os órgãos responsáveis pela formulação e implantação das políticas em áreas específicas de atuação. Dentre as pró-reitorias, temos a de graduação (PROGRAD), que é o órgão responsável pela supervisão e pela coordenação dos cursos de graduação da UFERSA. Em sua estrutura administrativa, está a Divisão Pedagógica. Sobre a DIVISÃO PEDAGÓGICA, é **CORRETO** afirmar:

- a) Que ela é a unidade responsável pela coordenação, supervisão, controle e execução das atividades relacionadas ao registro e controle acadêmico e expedições de documentos acadêmicos de competência da Prograd.
- b) Que ela é a unidade responsável pela coordenação, supervisão, controle e execução das atividades relacionadas ao atendimento do estudante, aos estágios, à mobilidade e aos processos seletivos de aluno de graduação.
- c) Que ela é a unidade responsável pelo planejamento, formação e acompanhamento pedagógico de docentes e discentes.
- d) Que todas as alternativas estão corretas.

/ QUESTÃO 27.

A Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, determina em seu Art. 4º que o curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de

Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. Para isso, ela estabelece que a estrutura do curso de Pedagogia deverá ser constituída de um núcleo de estudos básicos, um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos e um núcleo de estudos integradores. Assinale a alternativa que relaciona conhecimentos relativos ao NÚCLEO DE ESTUDOS BÁSICOS, de acordo com a Resolução CNE/CP nº 1:

- a) Aplicação de princípios, concepções e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, com pertinência ao campo da Pedagogia, que contribuam para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade; aplicação de princípios da gestão democrática em espaços escolares e não-escolares; estudo das relações entre educação e trabalho, diversidade cultural, cidadania, sustentabilidade, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea.
- b) Estudo das relações entre educação e trabalho, diversidade cultural, cidadania, sustentabilidade, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea; investigações sobre processos educativos e gestoriais, em diferentes situações institucionais: escolares, comunitárias, assistenciais, empresariais e outras; estudo da didática, de teorias e metodologias pedagógicas, de processos de organização do trabalho docente.
- c) Aplicação de princípios, concepções e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, com pertinência ao campo da Pedagogia, que contribuam para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade; estudo, análise e avaliação de teorias da educação, a fim de elaborar propostas educacionais consistentes e inovadoras; estudo da didática, de teorias e metodologias pedagógicas, de processos de organização do trabalho docente.
- d) Estudo das relações entre educação e trabalho, diversidade cultural, cidadania, sustentabilidade, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea; estudo, aplicação e avaliação dos textos legais relativos à organização da educação nacional; seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão, diretamente orientados pelo corpo docente da instituição de educação superior.

/ QUESTÃO 28.

O Plano Nacional de Educação (PNE) foi sancionado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Ele determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional entre os períodos de 2014 e 2024. Para cada meta, foram estabelecidas estratégias a serem seguidas. Dentre as 20 metas estabelecidas no PNE, destacamos a META 13:

Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Considerando o PNE, relacionamos as seguintes estratégias:

- I. Elevar o padrão de qualidade das universidades, direcionando sua atividade, de modo que realizem, efetivamente, pesquisa institucionalizada, articulada a programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- II. Promover a formação inicial e continuada dos(as) profissionais técnico-administrativos da educação superior;
- III. Aperfeiçoar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);
- IV. Ampliar a cobertura do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), de modo a ampliar o quantitativo de estudantes e de áreas avaliadas no que diz respeito à aprendizagem resultante da graduação;

Dentre as alternativas acima, quais delas são estratégias relacionadas à META 13?

- a) I, III e IV
- b) I, II e III
- c) II, III e IV
- d) I, II, III e IV

/ QUESTÃO 29.

Em toda profissão, o *corpus* de saberes necessário para exercer as suas funções é condição prévia e necessária. Tardif (2014, p. 247) nos chama a atenção para o fato de que “a questão da epistemologia da prática profissional se encontra, evidentemente, no cerne desse movimento de profissionalização”. Ele nos traz a discussão sobre os saberes docentes, destacando que “[...] a relação dos docentes com os saberes não se reduz a uma função de transmissão de conhecimentos já constituídos” (TARDIF, 2014. p. 36). A partir de seus estudos, o autor supracitado define as seguintes concepções de saberes: saberes da formação profissional, disciplinares, curriculares e experienciais. Considerando a compreensão do autor, é **CORRETO** afirmar que os SABERES DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL:

- a) São os conhecimentos produzidos por diversas ciências, que devem ser incorporados à prática docente e que compõem o corpus de conhecimentos teóricos que devem fazer parte da formação científica.
- b) São os saberes das diversas áreas de conhecimento e correspondem aos objetivos, conteúdos e metodologias que os professores aprendem e aplicam no seu fazer docente.
- c) São saberes que surgem do trabalho cotidiano na escola, é o saber articulado nos diversos espaços escolares, dentro das distintas áreas do saber, sobre o melhor fazer pedagógico.
- d) São os saberes que se apresentam sob a forma de “programas escolares” e ampliam o diálogo dos diversos campos do saber e, portanto, do estabelecimento da interdisciplinaridade e, em especial da troca de experiências pessoais e interpessoais.

/ QUESTÃO 30.

A História da Educação do Brasil aponta que chegamos à década de 1990 vivenciando a emergência de discursos em torno da formação e da profissionalização docente. De acordo com Imbernón (2011, p. 26),

“[...] o profissionalismo na docência implica uma referência à organização do trabalho dentro do sistema educativo e à dinâmica externa do mercado de trabalho. Ser um profissional, portanto, implica dominar uma série de capacidades e habilidades especializadas que nos fazem ser competentes em um determinado trabalho [...].”

Sobre o processo de profissionalização docente, analise as afirmações a seguir, considerando, para isso, o papel da formação:

- I- Ela assume um papel que transcende o ensino que pretende uma mera atualização científica, pedagógica e didática.
- II- Nela é mais importante centrar a atenção em como os professores aplicam a informação pedagógica de que dispõem e os dados que observam nas situações da docência.
- III- Ela deve formar um profissional que seja agente de mudança individual, que saiba o que deve fazer e como.
- IV- Ela deve ter como eixo fundamental o desenvolvimento da capacidade de refletir sobre a própria prática docente.
- V- Ela deve abandonar o conceito de professor/a tradicional, acadêmico(a) e do especialista-técnico.

A partir da análise feita, temos **AFIRMAÇÕES CORRETAS** nos itens:

- a) I, II, IV e V
- b) II, III, IV e V
- c) I, IV e V
- d) II, IV e V

/ QUESTÃO 31.

Sobre a autonomia universitária, no Art. 207 da Constituição Federal fica estabelecido que:

- a) A autonomia da universidade é evidenciada nas atividades de pesquisa, de extensão, de ensino e de fomento à inovação com determinação nas diretrizes curriculares.
- b) A formação superior é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- c) O ensino, a pesquisa e a extensão fazem parte da universidade e devem considerar o pluralismo de concepções pedagógicas nas atividades docentes em instituições públicas e privadas de ensino.
- d) As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

/ QUESTÃO 32.

12. De acordo com Castro (2009. p. 7), “em pouco mais de uma década foi construído no país um complexo e abrangente sistema de avaliação educacional, que cobre todos os níveis da educação. Esse

sistema produz informações que orientam as políticas educacionais em todos os níveis de ensino”. O SINAES integra esse sistema de avaliação.

Analise as afirmações abaixo, informando se elas são (V) VERDADEIRAS ou (F) FALSAS:

I () O SINAES analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes e reúne informações do ENADE, das avaliações institucionais e dos cursos.

II () Para o ENADE, a inscrição para estudantes ingressantes e concluintes de cursos de bacharelado e superiores de tecnologia, vinculados às áreas de avaliação da edição, não é obrigatória.

III () O processo de avaliação do SINAES leva em consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente.

IV () As informações obtidas no ENADE são utilizadas para orientação institucional de estabelecimentos de ensino superior e para embasar políticas públicas.

V () Os dados obtidos no SINAES são úteis para a sociedade, especialmente aos estudantes, como referência quanto às condições de cursos e instituições.

Após a análise realizada, a sequência obtida de VERDADEIRO (V) ou FALSO (F) foi:

- a) V, F, V, V, F
- b) V, V, V, F, V
- c) V, F; V; F; F
- d) V; F; V; F; V

/ QUESTÃO 33.

O principal objetivo do Sistema Nacional de Educação (SNE) é aperfeiçoar a organização da educação escolar brasileira para que as políticas públicas sejam mais orgânicas e capazes de assegurar o direito constitucional à educação com equidade. Nesse sentido, instituiu também os Sistemas de Avaliação incluindo: o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB); o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); a Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), é **CORRETO** afirmar:

- a) O SAEB foi instituído em 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica.
- b) Sendo uma avaliação externa e censitária das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, o SAEB tem como objetivo avaliar a qualidade do ensino.
- c) SAEB é um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante.
- d) O SAEB analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes. O processo de avaliação leva em consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente.

/ QUESTÃO 34.

O SAEB integra o sistema de avaliação da educação no Brasil. Com relação ao SAEB, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Ele reflete os níveis de aprendizagem demonstrados pelos estudantes avaliados, explicando esses resultados a partir de uma série de informações contextuais.
- b) São as médias de desempenho dos estudantes, apuradas no SAEB, que definem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).
- c) Ele é um importante instrumento de avaliação do desempenho dos alunos e permite diagnosticar problemas na aprendizagem e elaborar planos de ação para o Projeto Político Pedagógico da instituição.
- d) Ele é um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) realizar um diagnóstico da Educação Básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante.

/ QUESTÃO 35.

Libâneo (2017, p. 217) define a avaliação escolar “[...] como um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos e, daí, orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas seguintes”. Para ele, a avaliação cumpre pelo menos três funções: pedagógico-didática, de diagnóstico e de controle. Quanto à função PEDAGÓGICO-DIDÁTICA, é **CORRETO** afirmar:

- a) Que ela se refere ao papel da avaliação no cumprimento dos objetivos gerais e específicos da educação escolar.
- b) Que ela se refere a um controle sistemático e contínuo que ocorre no processo de interação professor-alunos no decorrer das aulas, através de uma variedade de atividades que permite ao professor observar como os alunos estão conduzindo-se na assimilação de conhecimentos e habilidades e no desenvolvimento das capacidades mentais.
- c) Que ela permite identificar progressos e dificuldades dos alunos e a atuação do professor que, por sua vez, determinam modificações do processo de ensino para melhor cumprir as exigências dos objetivos.
- d) Que na prática escolar cotidiana ela dá sentido pedagógico à função de controle na assimilação de conhecimentos e habilidades e no desenvolvimento das capacidades mentais.

/ QUESTÃO 36.

Luckesi (2013, p. 127) afirma que “o planejamento não será nem exclusivamente um ato político-filosófico, nem exclusivamente um ato técnico; será, sim, um ato ao mesmo tempo político-social, científico e técnico: político-social, na medida em que está comprometido com as finalidades sociais e políticas; científico, na medida em que não se pode planejar sem um conhecimento da realidade; técnico, na medida em que o planejamento exige uma definição de meios eficientes para se obter os resultados”.

Considerando o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), assinale a alternativa que **NÃO CORRESPONDE** à concepção abordada a respeito do PLANEJAMENTO DE ENSINO:

- a) Suas diretrizes principais são de que planejar deve: implicar na participação de todos; estabelecer coerência entre teoria e prática; partir da realidade dos educandos.
- b) É um elemento integrador entre o contexto social e a formação acadêmica, sendo um processo de seleção de elementos do conhecimento científico materializados no currículo.
- c) Nele, o docente deve ser sujeito ativo no processo educativo, com prática inovadora, possuidor de clareza quanto aos objetivos que pretende alcançar.
- d) Diz respeito às políticas educacionais que estabelecem objetivos iniciais, planos, metas e estratégias nacionais.

/ QUESTÃO 37.

Ao buscarmos o significado etimológico do termo currículo, temos que ele provém de curriculum, do latim, que remetia a tempo corrido (fonte: Disponível em:

<https://www.dicionarioetimologico.com.br/curriculo/>. Acesso feito em: 25 jun. 2022).

Transpondo essa busca para o contexto educativo, percebemos que o significado de currículo tem se transformado ao longo do tempo, considerando principalmente as correntes/teorias pedagógicas. Com isso, encontramos diversos autores que discutem sobre o currículo. Nesse sentido, Silva (1999) aponta três teorias do currículo: as tradicionais, as críticas e as pós-críticas. Analise as afirmações que se referem à compreensão do currículo a partir das três teorias citadas anteriormente.

- I- O currículo é uma questão de poder, de identidade. É percurso. Tem um papel formativo e rejeita a ideia de uma consciência unitária. Nele, o conhecimento é parte inerente ao poder.
- II- O currículo define os objetivos, procedimentos e métodos para obter resultados que podem ser mensurados; concentra-se nas questões técnicas; preocupa-se com as questões de organização.
- III- O currículo não é desenvolver técnicas de como fazer, mas desenvolver conceitos que permitam a compreensão sobre o que faz.
- IV- O currículo passou a ser compreendido como espaço de poder e que tem papel decisivo na reprodução da estrutura de classe da sociedade capitalista.

Após a análise, indique a alternativa que relaciona **CORRETAMENTE** cada afirmação à teoria correspondente:

- a) I Teoria pós-crítica; II Teoria tradicional; III Teoria crítica; IV Teoria crítica.
- b) I Teoria pós-crítica; II Teoria tradicional; III Teoria crítica; IV Teoria Pós-crítica.
- c) I Teoria crítica; II Teoria tradicional; III Teoria pós-crítica; IV Teoria crítica.
- d) I Teoria crítica; II Teoria tradicional; III Teoria pós-crítica; IV Teoria pós crítica.

/ QUESTÃO 38.

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), nos traz que “[...] a organização curricular, no ensino superior, deve estar baseada na finalidade de garantir ao aluno não somente a inscrição em ofertas de componentes curriculares, mas uma formação cujos componentes e demais atividades curriculares estejam sustentadas por determinados princípios formativos, como: interdisciplinaridade, contextualização, flexibilidade, relação teoria e prática, democratização e articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão”.

Vemos assim que um dos princípios formativos definidos no PPI da UFERSA É a interdisciplinaridade. Sobre a INTERDISCIPLINARIDADE, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Ela acontece quando há integração de diferentes conteúdos, de uma mesma disciplina.
- b) Nela pode acontecer uma pequena cooperação entre diferentes disciplinas, mas não há uma coordenação.
- c) Ela diz respeito à compartimentalização dos campos de conhecimento com o objetivo de aprofundar um conhecimento específico.
- d) Nela há a integração das diferentes áreas do conhecimento, num trabalho de cooperação e troca, aberto ao diálogo e ao planejamento, sem que as diferentes disciplinas apareçam de forma fragmentada e compartimentada.

/ QUESTÃO 39.

A Base Nacional Comum Curricular destaca a importância dos Temas Contemporâneos Transversais (TCT) quando diz que eles são dever dos sistemas de ensino e escolas: “Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino. Assim como as escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora” (BRASIL, 2017, p. 19).

Assinale a alternativa que corresponde aos temas listados no texto da BNCC:

- I. Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.
 - II. Educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.
 - III. Direitos da criança e do adolescente; educação alimentar e nutricional.
 - IV. Saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural.
-
- a) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
 - b) Itens II e III são falsos.
 - c) Itens III e IV são falsos.
 - d) Todos os itens são verdadeiros.

/ QUESTÃO 40.

No contexto educacional, o planejamento é um ato político-pedagógico. Dessa forma, “o planejamento escolar é uma atividade que orienta a tomada de decisões da escola e dos professores em relação às situações docentes de ensino e aprendizagem, tendo em vista a alcançar os melhores resultados possíveis” (LIBÂNEO, 2013, p. 250). Libâneo destaca a importância dos principais requisitos para o planejamento pedagógico. Assinale a alternativa que **NÃO** se refere a um desses princípios:

- a) Objetivos e tarefas da escola democrática.
- b) Princípios de transmissão de conteúdo e de gestão democrática.
- c) Exigências dos planos e programas oficiais.
- d) Condições prévias dos alunos para a aprendizagem.

/ QUESTÃO 41.

“O projeto pedagógico-curricular é o documento que reflete as intenções, os objetivos, as aspirações e os ideais da equipe escolar, tendo em vista um processo de escolarização que atenda a todos os alunos” (LIBÂNEO, 2012 p. 484). Sobre o tema, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Na escola, a direção, os especialistas, os professores, os funcionários e os alunos estão envolvidos em uma atividade conjunta para a formação humana dos envolvidos no contexto escolar.
- b) O projeto resulta de práticas participativas, sendo exigência da ação docente o acompanhamento e a elaboração do projeto pedagógico curricular da escola.
- c) O projeto expressa o grau de autonomia da equipe escolar. Essa autonomia passa pelo trabalho coletivo e pelo projeto pedagógico.
- d) O projeto pedagógico é resultado do potencial formativo da equipe escolar. Essa formação está vinculada às tomadas de decisões sobre o currículo escolar elaborado coletivamente.

/ QUESTÃO 42.

O objetivo principal da *andragogia* é entender as motivações e como acontece a aprendizagem para alunos adultos. Malcolm Knowles (1973), considerado uma referência na área de estudo, apresenta seis princípios que servem para nortear esses processos de aprendizagem. Assinale a alternativa que traz os princípios definidos pelo referido autor:

- a) Necessidades de aprender; interesses de aprendizagem; inclusão; diversidade, currículo facilitador; empatia.
- b) Metodologia diversificada; inclusão; autoconhecimento; respeito e ética; motivação; orientação.
- c) Autonomia; aprendizagem orientada, currículo diversificado; metodologia para adultos; planejamento flexível.
- d) Necessidade de aprender; autoconceito (autoconhecimento); experiência anterior; prontidão para aprender; orientação para aprender; motivação para aprender.

/ QUESTÃO 43.

O Capítulo IV da LDB nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996, trata da Educação Superior. Assinale a alternativa que contém FINALIDADES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, de acordo com a LDB nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996:

- a) Atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares; estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo.
- b) Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posterior.
- c) Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.
- d) Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

/ QUESTÃO 44.

De acordo com Pimenta (2002, p. 18), “a identidade não é um dado imutável. Nem externo, que possa ser adquirido. Mas é um processo de construção do sujeito historicamente situado”.

Corroborando para essa compreensão, Brzezinski (2002, p. 9) nos traz que: “Segundo Gatti (1996), a identidade do professor é *fruto de interações sociais nas sociedades contemporâneas e expressões sociopsicológicas que interagem nas aprendizagens, nas formas cognitivas, nas ações dos seres humanos [...]*”.

Considerando as citações sobre a IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE, é **CORRETO** afirmar:

- a) Que ela tem sido construída historicamente sem ambiguidades e contradições.
- b) Que as políticas educacionais têm procurado reverter o status de proletarização da profissão docente e, assim, contribuem para o seu processo de construção.

- c) Que os profissionais da educação estão construindo sua identidade e profissionalização com o despertar coletivo, por meio de lutas concretas e criando condições para sair da crise de desprofissionalização.
- d) Que ela é construída somente com o significado dado pelo professor à atividade docente no seu cotidiano.

/ QUESTÃO 45.

Paulo Freire, educador brasileiro, escritor de livros que abordam a aprendizagem do adulto, é associado à andragogia mesmo sem ter citado o termo em suas produções. Malcolm Knowles (1976, p. 59), teórico/pesquisador da andragogia, cita Paulo Freire como “o grande educador brasileiro de adultos”, ou seja, Paulo Freire é reconhecido como uma referência para a educação de adultos. Em suas vivências pedagógicas em vários países, Paulo Freire começou a analisar como o adulto aprendia, ou por que não aprendia. Sobre a aprendizagem de adultos, assinale a alternativa que representa a trajetória metodológica de Paulo Freire.

- a) Os temas geradores como metodologia do trabalho pedagógico de Paulo Freire indicavam o percurso para elaboração e aplicação do planejamento para a Educação Básica.
- b) A base da metodologia de Paulo Freire era o diálogo. Ele considerava que era necessário ensinar o adulto a ler seu próprio mundo, a escrever o mundo, respeitando assim seus conhecimentos e sua própria cultura.
- c) Na experiência que viveu na Secretaria de Educação de São Paulo, ele norteou, através do seu método de ensino e aprendizagem, o caminho metodológico da escola pública local.
- d) Com uma metodologia baseada no diálogo, Paulo Freire escreveu cartilhas para direcionar o ensino dos jovens e adultos da escola pública brasileira.

/ QUESTÃO 46.

O Art. 5º da Resolução CNE/CP no 1, de 15 de maio de 2006, descreve aptidões do egresso do curso de Pedagogia. Assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma dessas aptidões:

- a) Compreender, acompanhar o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico da escola, fortalecendo o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental.
- b) Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime e igualitária.
- c) Trabalhar, em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo.
- d) Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras.

/ QUESTÃO 47.

“A prática da avaliação em nossas escolas tem sido criticada sobretudo por reduzir-se à sua função de controle, mediante a qual se faz uma classificação quantitativa dos alunos relativa às notas que obtiveram nas provas. Os professores não têm conseguido usar os procedimentos de avaliação – que, sem dúvida, implicam o levantamento de dados por meio de testes, trabalhos escritos, etc. para atender a sua função educativa” (LIBÂNEO, 2013, p. 219).

Para Libâneo (2013), em relação aos objetivos, funções e papel da avaliação na melhoria das atividades escolares e educativas, têm-se verificado na prática escolar alguns equívocos. Assinale a alternativa que **NÃO REPRESENTA** um desses equívocos sobre a avaliação na prática escolar.

- a) Utilizar a avaliação unicamente como o ato de aplicar provas, atribuir notas e classificar os alunos.
- b) A avaliação deve considerar preponderantemente os dados qualitativos em detrimento aos dados quantificados.
- c) A avaliação consiste em considerar a relação entre os aspectos quantitativos e qualitativos.
- d) A avaliação deve ser utilizada para recompensar os “bons alunos” e punir os alunos desinteressados e/ou indisciplinados.

/ QUESTÃO 48.

Libâneo (2012) cita três tipos de manifestações de currículo: currículo formal, currículo real e currículo oculto.

Sobre o tema, é **CORRETO** afirmar que:

- a) O currículo real é aquele estabelecido pelos sistemas de ensino, expresso em diretrizes curriculares, nos objetivos e conteúdos das áreas ou disciplinas de estudo. Esse currículo contextualiza tudo que os alunos aprendem pela convivência espontânea no contexto escolar.
- b) O currículo formal ou oficial é aquele que de fato acontece na sala de aula, em decorrência de um projeto pedagógico e dos planos de ensino. Sendo assim, currículo é o que fica internalizado em virtude da ação pedagógica em sala de aula.
- c) O currículo oculto refere-se àquelas influências que afetam a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos professores e é proveniente da experiência cultural, dos valores e significados trazidos do seu meio social de origem e vivenciados no ambiente escolar.
- d) O currículo formal trata de atender às necessidades e expectativas da comunidade, de modo que se respeite a cultura local, considerando também a estrutura e a organização do contexto escolar para a concretização e viabilização das intenções pedagógicas de ensino e aprendizagem.

/ QUESTÃO 49.

No contexto da sociedade contemporânea, a educação pública tem tríplice responsabilidade: ser agente de mudanças capaz de gerar conhecimentos e desenvolver a ciência e a tecnologia; trabalhar a tradição e os valores nacionais ante a pressão mundial de descaracterização da soberania das nações periféricas;

preparar cidadãos capazes de entender o mundo, seu país, sua realidade e de transformá-los positivamente (LIBÂNEO, 2012, p. 133).

Essas responsabilidades indicam, complementarmente, três objetivos fundamentais que devem servir de base para a construção de uma educação pública de qualidade no contexto atual. Assinale a alternativa que corresponde aos três objetivos citados pelo autor:

- a) Preparação para o processo produtivo e para a vida em uma sociedade técnico-informacional; formação para a cidadania crítica participativa; formação ética.
- b) Formação ética para a cidadania; flexibilização do sistema de avaliação; preparação para o uso de tecnologias digitais no contexto escolar.
- c) Preparação para o processo produtivo informacional; formação crítica para a cidadania; preparação para a competição no mercado de trabalho formal.
- d) Preparação para a vida em uma sociedade competitiva; ampliar a parceria com empresas privadas; fortalecer a flexibilização dos sistemas de ensino.

/ QUESTÃO 50.

Para Libâneo (2006, p. 57), “a complexidade da vida social contemporânea e a conseqüente diversificação das atividades educativas resultam ao mesmo tempo em ampliações das ações pedagógicas. Nos meios profissionais, políticos, sindicais, empresariais, nos meios de comunicação social, nos movimentos da sociedade civil assiste-se a uma redescoberta da Pedagogia. Estamos diante de uma sociedade pedagógica”. Para o autor, sobre o objeto de estudo da Pedagogia, é **CORRETO** afirmar que:

- a) O Curso de Pedagogia tem como objeto de estudo as proposições formalizadas, nos últimos 25 anos, em análises da realidade educacional brasileira, com a finalidade de diagnóstico e avaliação sobre a formação e atuação de professores, em especial na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.
- b) O objeto de estudo tem relação com o conhecimento da instituição educativa como uma organização complexa que tem a função de promover a educação para a cidadania.
- c) O curso de Pedagogia está fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização e relevância social, de modo a contribuir com o egresso do curso no desenvolvimento da profissão em espaços escolares.
- d) A Pedagogia ocupa-se do fato, dos processos educativos, métodos, maneiras de ensinar. Mas antes disso, ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicamente e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa.

FOLHA DE
REDAÇÃO

CPF: _____

Nº Insc.: _____

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

CPF: _____

Nº Insc.: _____

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	